

A FAMÍLIA AÇORIANA ROCHA BORBA UM TRAJETO HISTÓRICO-GENEALÓGICO

■ Gilson Santos

O arquipélago transcontinental dos Açores constitui oficialmente uma região autónoma de Portugal. Situado no Atlântico Nordeste, é dotado de autonomia política e administrativa. O arquipélago é constituído por nove ilhas principais, divididas em três grupos distintos: (1) *Grupo Ocidental*: Corvo e Flores; (2) *Grupo Central*: Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira; (3) *Grupo Oriental*: Santa Maria e São Miguel.

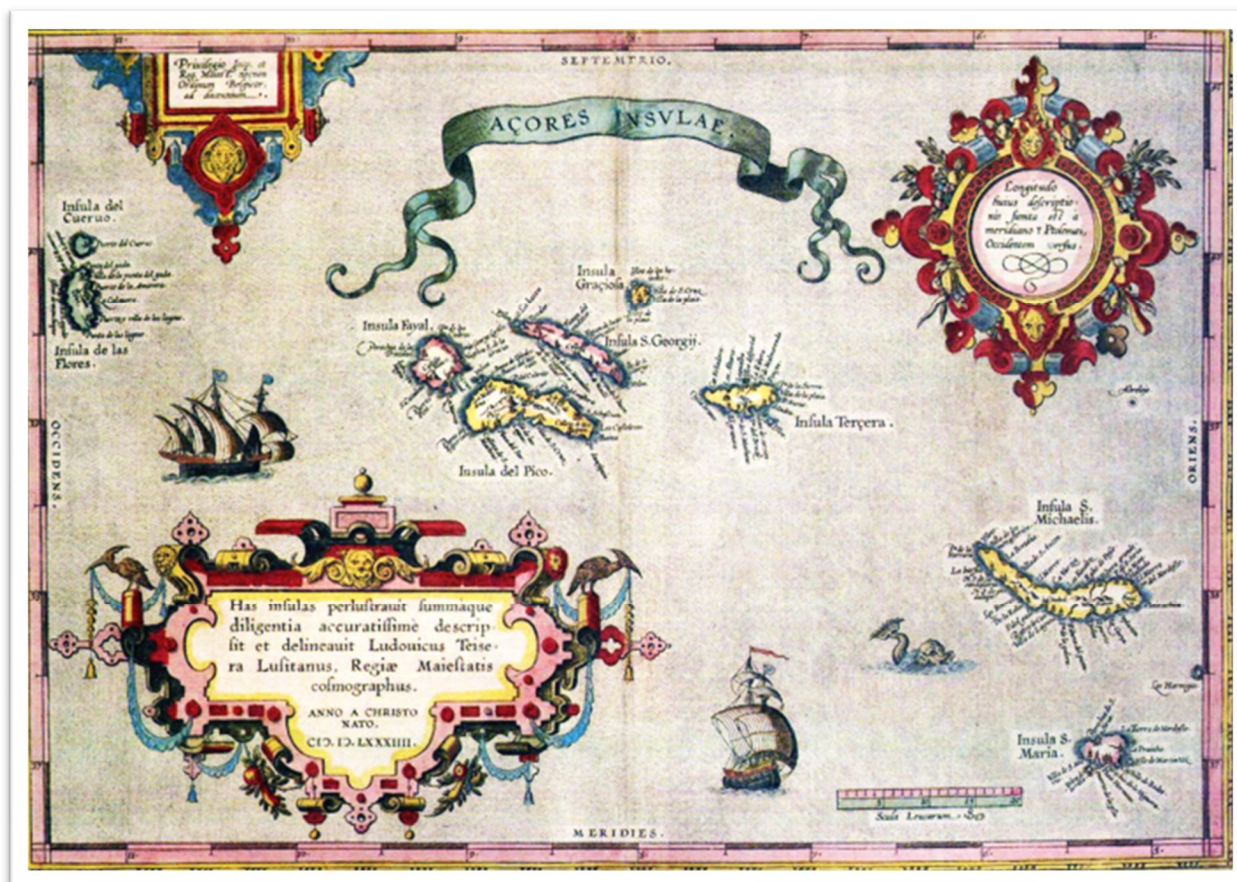


Precisar o tempo em que o ser humano chegou aos Açores não tem sido tarefa fácil, e muito menos unânime. Alguns consideram que a descoberta das primeiras ilhas ocorreu pelo tempo de Afonso IV de Portugal (reinado: 1325—1357), e que à época do Infante D. Henrique (1394—1460) foram feitas viagens de reconhecimento. Sabe-se com segurança que Gonçalo Velho (século XV), navegador português e cavaleiro professo da *Ordem de Cristo*, chegou à ilha de Santa Maria em 1431, e que os portugueses começaram a povoar as ilhas por volta de 1432, oriundos principalmente do Algarve, Alentejo, Estremadura e Minho, registrando-se posteriormente outros europeus e norte-africanos.¹

A administração das ilhas açorianas foi feita através do sistema de capitânias, à frente das quais estava um capitão donatário. As primeiras capitânias constituíram-se nas ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Em 1450, na sequência da progressão ocidental do descobrimento das ilhas, foi criada uma outra capitania na ilha Terceira. A

¹ Para uma introdução, cf. o verbete “Açores”, na Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Açores> [acesso em 1/10/2020].

administração e assistência espiritual das ilhas ficou subordinada à *Ordem de Cristo*, embora outras ordens religiosas ali se estabeleceram, como os Franciscanos em Santa Maria e Terceira desde a década de 1490.



Antigo Mapa dos Açores (ancient map of Azores / alte Karte der Azoren), 1584. "Açores Insulae" ("Ilhas dos Açores").

Décimo quarto mapa do "Theatrum Orbis Terrarum", Abraham Ortelius. Antuérpia: Cristophe Plantin.

Cf. Também: "Atlas Universal". Joannes Bleau. Amsterdam: 1667 e 1672.

Legenda: "Has insulas perlustravit summâque diligentia accuratissimè descripsit et delineavit Ludovicus Teixeira Lusitanus, Regiæ Maiestatis cosmographus. ANNO A CHRISTO NATO, M.D.LXXXIII".

Tradução livre: "Estas ilhas foram percorridas com a maior diligência, e com todo o cuidado as descreveu o português Luís Teixeira, cosmógrafo da Majestade Real. Ano do nascimento de Cristo de 1584."

A ILHA TERCEIRA

A designação "Ilhas Terceiras" aplicava-se a todo o arquipélago dos Açores visto ter sido o terceiro arquipélago descoberto no Atlântico – o arquipélago das *Canárias* era designado de "Ilhas Primeiras" e o arquipélago da *Madeira* "Ilhas Segundas", segundo a ordem cronológica de descoberta. O centro administrativo das Ilhas Terceiras estava na primitivamente denominada *Ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo das Terceiras*, a qual, com o avançar dos anos, passou a ser conhecida apenas por Ilha Terceira.

A ilha começou a ser povoada a partir da sua doação, por carta do Infante D. Henrique, datada de 21 de março de 1450, ao flamengo Jácome de Bruges (*Jacob van Brugge*, c. 1418—1472/4). Posteriormente, com o desaparecimento de Bruges, em 1474 a ilha foi dividida em duas capitânias: A Capitania de Angra (1474—1766) e a

Capitania da Praia. Em 1766 deu-se a criação da *Capitania Geral dos Açores* (1766—1832), com sede em Angra do Heroísmo.²

A Ilha Terceira tem as dimensões aproximadas de vinte e nove quilômetros de comprimento por dezoito quilômetros de largura, medindo o seu perímetro noventa quilômetros. Tem uma área de 402,2 quilômetros quadrados. A Ilha é dividida em dois concelhos, os quais contam com trinta freguesias: o concelho de Angra do Heroísmo, com dezenove freguesias; e o concelho de Praia da Vitória, com onze freguesias. O ponto culminante da Ilha Terceira é a *Serra de Santa Bárbara*, que se eleva a mil e vinte e um metros, e que se situa no extremo oeste da ilha. É constituída pelos restos de um vulcão inativo, constituindo-se ainda no maior ponto de condensação de nuvens na ilha, formando uma bacia hidrográfica própria que abastece de água a parte ocidental da ilha.



Capital histórica dos Açores, *Angra do Heroísmo* é a cidade na costa sul da ilha Terceira, sede do município de mesmo nome. Desde 1478, a povoação foi elevada à categoria de vila e, em 1534, ainda no contexto dos descobrimentos, foi a primeira do arquipélago a ser elevada à condição de cidade. No mesmo ano, em uma bula do Papa Paulo III, foi escolhida para sede da *Diocese de Angra*, a qual possui jurisdição sobre todas as ilhas do arquipélago dos Açores.³

NO PERCURSO DAS RIBEIRAS

A Poente da cidade de Angra estende-se uma paisagem costeira que desce suavemente desde a *Serra de Santa Bárbara* (sempre presente na paisagem), formando pequenas baías e enseadas. Após as freguesias suburbanas de São

² Para uma introdução, cf. verbete “Ilha Terceira” na Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_Terceira [acesso em 1/10/2020].

³ Para uma introdução, cf. o verbete “Angra do Heroísmo” na Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Angra_do_Heroísmo [acesso em 1/10/2020].

Mateus da Calheta e Terra Chã sucedem-se as freguesias rurais ao redor da Serra de Santa Bárbara, todas elas banhadas pelo Atlântico, cabendo-nos destacar aqui: *São Bartolomeu de Regatos*, *Cinco Ribeiras*, *Santa Bárbara* e *Doze Ribeiras*.

A freguesia de *São Bartolomeu de Regatos* foi criada cerca de 1560, autonomizando o núcleo populacional que desde a década de 1470 se desenvolvera em torno do lugar dos Regatos. A evolução da freguesia do “Apóstolo São Bartolomeu” foi marcada pela emigração, primeiro para o Brasil, depois para os Estados Unidos e finalmente para o Canadá. A igreja paroquial de São Bartolomeu é uma das mais antigas da Terceira.

Em consequência das restrições ao abastecimento de água, o povoamento da vasta zona do sudoeste da Terceira, que vai de São Bartolomeu dos Regatos até Serreta, no extremo oeste da ilha, estruturou-se em torno das ribeiras, as quais foram numeradas de leste para oeste, isto é de Angra para a Serreta, dando origem a topônimos como Cinco Ribeiras, Nove Ribeiras e Doze Ribeiras. De início, o centro administrativo e religioso da região acabou por se centrar na igreja de Santa Bárbara, à época uma paróquia imensa e a mais antiga do oeste da ilha. Santa Bárbara foi uma das primeiras freguesias constituídas no concelho de Angra, em data anterior a 1489 e ainda em vida de Jácome de Bruges. Até finais do século dezenove foi denominada *Santa Bárbara das Nove Ribeiras*. À medida que o povoamento se foi estruturando, a circunscrição da freguesia de Santa Bárbara foi repartida em curatos e depois em paróquias autônomas, precursoras das atuais freguesias.



“O Percurso das Ribeiras”, 1899. Recorte de: “Açores. Carta Chorographica da Ilha Terceira. Levantada pela Direcção Geral dos Trabalhadores Geodésicos”.

A freguesia rural de *São Jorge das Doze Ribeiras* situa-se na encosta da Serra de Santa Bárbara, a cerca de dezenove quilômetros da cidade de Angra do Heroísmo.⁴ É uma freguesia relativamente antiga, fundada no ano de 1684 por autonomização da parte norte da paróquia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras. O primeiro registo de batismo na nova paróquia data de 16 de dezembro de 1684. O topônimo Doze Ribeiras deve-se ao fato de o centro urbano da freguesia ser atravessado pela décima-segunda ribeira, quando se percorre a costa da ilha desde Angra do Heroísmo em direção ao oeste. “Toda a freguesia é alta, comparada com os restantes povoados da ilha, razão pela qual é conhecida por ser uma freguesia fria, bonita, cheia de luz e do ar fresco que desce da serra.”⁵ A estrutura do povoamento na freguesia das Doze Ribeiras é linear, com a grande maioria das habitações concentradas ao longo da estrada que liga Angra do Heroísmo ao oeste da ilha. “Em consequência, a freguesia é constituída por um lugar único, embora disperso linearmente ao longo de cerca de cinco quilômetros de estrada”.⁶ A evolução da freguesia das Doze Ribeiras foi marcada pela emigração, primeiro para o Brasil, depois para os Estados Unidos e finalmente para o Canadá e pelas consequências do terremoto de 1 de janeiro de 1980, que arrasou a localidade.

A primeira igreja paroquial foi construída sobre a Ermida de São Jorge, que sofreu sucessivas ampliações. Porém, em 28 de setembro de 1893, em consequência do violento furacão, ficou severamente danificada, sendo então demolida e substituída por um novo templo, cuja primeira pedra foi lançada em 1896. O cemitério paroquial foi inaugurado a 3 de julho de 1786; em consequência de diversas inadequações deu-se a construção de um novo em 1883.

A FAMÍLIA AÇORIANA ROCHA BORBA

1. A história desta família começa com José e Maria. *Joseph da Rocha* nasceu em São Bartolomeu dos Regatos. Filho de Brás Gil e Catarina da Rocha, foi batizado na igreja paroquial na quarta-feira 19 de fevereiro de 1653, tendo lhe sido atribuídos “Nossa Senhora” e “São José” como padroeiros.

Maria de Borba Vieira, filha de Gregório Rodrigues Pavão e de sua segunda esposa, Francisca Vieira Machado, nasceu em São Bartolomeu, tendo sido batizada na igreja paroquial no sábado 29 de novembro de 1659. O padrinho de batismo de Maria de Borba Vieira foi o capitão João d'Ávila (1596—1684), terceirense, Capitão do exército e cavaleiro da Ordem de Cristo, feitor da alfândega de Angra. Fidalgo por alvará de 15 de junho de 1665, João d'Ávila exerceu, em Angra, por duas vezes, o cargo de vereador, o de juiz ordinário Mamposteiro-mor dos Cativos, Escrivão e Conselheiro da Santa Casa da Misericórdia. Foi padroeiro do convento de Santo António dos Capuchos, cuja primeira pedra da igreja foi lançada a 9 de março de 1643. Foi sepultado, em jazigo próprio, na capela-mor deste mesmo convento.

Pelo lado materno, Maria de Borba Vieira descendia de família original do Algarve. Entre seus ancestrais maternos estava o casal genovês Pedro Jácome e Branca Gonçalves. Ainda pela parte materna, descendia do rei de Portugal, D. Afonso III e sua Concubina Moçárabe Madragana Ben Aloandro, por meio do filho deste casal, Martim Afonso Chichorro. Descendia também de D. Afonso III por meio de Afonso Dinis de Portugal, filho do monarca com Maria Peres de Enxara. Ainda entre seus ancestrais estava Vasco Fernandes Coutinho I, o primeiro senhor de Marialva e senhor do couto de Leomil.

Com os pais já falecidos, José da Rocha casou-se com Maria de Borba Vieira na Igreja Paroquial de São Bartolomeu dos Regatos, no domingo 29 de janeiro de 1679. Na ocasião, o pai dela já era falecido.

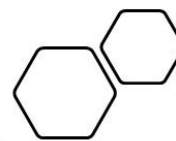
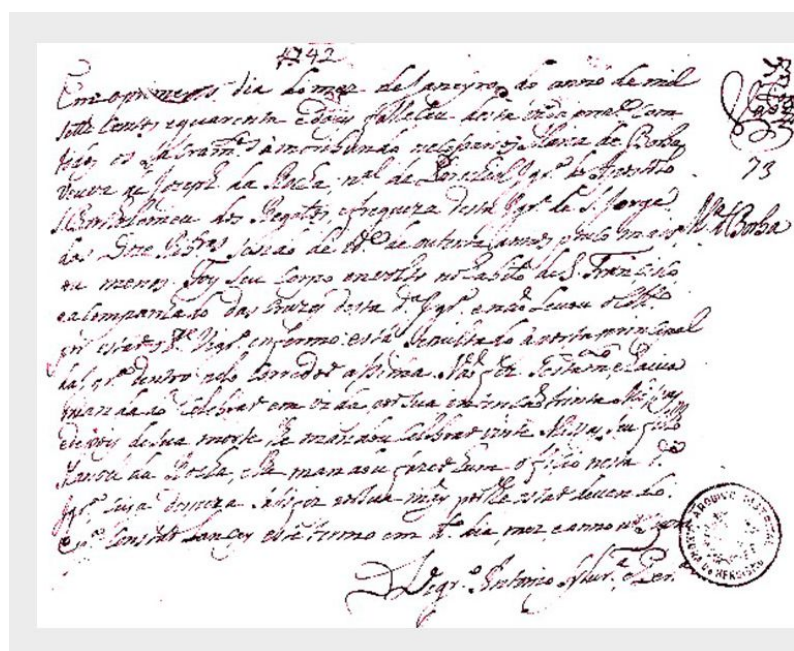
José da Rocha faleceu em São Bartolomeu. Maria de Borba Vieira faleceu em Doze Ribeiras, em 1 de janeiro de 1742. Ela foi amortalhada em hábito de São Francisco e sepultada na igreja paroquial, “à porta principal, dentro, pelo

⁴ Para uma introdução, cf. o verbete “Doze Ribeiras” na Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Doze_Ribeiras [acesso em 1/10/2020].

⁵ Idem.

⁶ Ibid.

corredor acima". Em vida, mandara rezar trinta missas "em sua intenção", e que após a sua morte fossem rezadas vinte missas. Os procedimentos de seu funeral foram conduzidos por seu filho Manoel da Rocha Borba.



REGISTRO DE ÓBITO
MARIA DE BORBA VIEIRA (1659-1742)

Igreja Paroquial de São Jorge das Doze Ribeiras, Diocese de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Portugal.

1 de janeiro de 1742

2. **Manoel da Rocha Borba**, filho de Joseph da Rocha e Maria de Borba Vieira, nasceu em São Bartolomeu de Regatos, tendo sido batizado na igreja paroquial em 29 de outubro de 1679, recebendo o nome do padrinho. Casou-se em primeiras núpcias com Maria do Rosário, nascida na vizinha freguesia de São Mateus da Calheta. Maria do Rosário faleceu em São Bartolomeu, em 22 de maio de 1725, com a idade declarada de "vinte e quatro anos mais ou menos".

Manoel da Rocha Borba contraiu segundas núpcias com **Maria Antônia Mendes**, em 17 de dezembro de 1725, na igreja paroquial de São Jorge das Doze Ribeiras. Maria Antônia Mendes nascera em Doze Ribeiras, em 21 de dezembro de 1699, tendo sido batizada na igreja paroquial no dia vinte e oito seguinte. Era filha de Manuel Mendes e Beatriz Machado Coelho. Entre os seus ancestrais, por meio da família materna, estava Gonçalo Annes da Fonseca, o "Ribeira Seca", fidalgo cavaleiro do rei D. Manuel I, e um dos primeiros povoadores da ilha Terceira. Gonçalo Annes da Fonseca chegou na ilha Terceira com o donatário Jácome de Bruges, que lhe fez a doação de várias terras, designadamente "as que vão do mar ao cume da Serra do Paúl das Vacas, entestando com os Biscoitos do Porto Martins e com a Ribeira Seca".

Entre os ancestrais mais remotos de Maria Antônia Mendes estava Gil Eanes Curvo, o qual casou-se, na Ilha Terceira com Isabel Rodrigues Fagundes. Ele, por ser natural de Borba, no Alentejo, tornou-se conhecido como "Gil de Borba". Maria Antônia Mendes descendia ainda de Diogo Fernandes De Boim, Escudeiro da Casa Real e vereador da Câmara de Angra em 1532. Ainda mais remotamente, descendia também de Vasco Fernandes Coutinho I, o primeiro senhor de Marialva e senhor do couto de Leomil. Ainda pela parte materna, ela descendia do rei de Portugal, D. Afonso III e sua Concubina Moçárabe Madragana Ben Aloandro, por meio do filho deste casal, Martim Afonso Chichorro.

Manoel da Rocha Borba faleceu em Doze Ribeiras em 18 de agosto de 1768; a viúva, Maria Antônia Mendes, faleceu igualmente em Doze Ribeiras em 3 de dezembro de 1787.

3. **Manoel Caetano da Rocha**, filho de Manoel da Rocha Borba e Maria Antônia Mendes, nasceu em Doze Ribeiras em 27 de maio de 1730, tendo sido batizado na igreja paroquial no dia quatro de junho seguinte.

Anna Rosa de Jesus [Gonçalves Carvalho] nasceu em Doze Ribeiras, em 10 de maio de 1742, tendo sido batizada na igreja paroquial no dia vinte do mesmo mês. Era filha de José Gonçalves Carvalho, natural de São Bartolomeu de

Regatos, e de sua mulher, Maria de São José, natural de Doze Ribeiras. Anna Rosa teve como padrinhos um casal de São Bartolomeu e uma senhorita de Doze Ribeiras, de quem recebeu o nome.

Manoel Caetano da Rocha e Anna Rosa de Jesus casaram-se na igreja paroquial de São Jorge, em Doze Ribeiras, em 12 de dezembro de 1762. O casamento teve como testemunhas o Capitão-mor Manuel Homem da Costa Noronha e seu filho, Pedro Homem da Costa Noronha.

Um dos irmãos de Manoel Caetano da Rocha foi Antônio da Rocha Borba, o qual, tendo se casado com Maria Barcellos Machado, suscitou grande descendência, inclusive no Brasil. Dentre os tais, a família Rocha Borba em São Fidélis, município do Norte fluminense.

4. **Simão da Rocha**, filho primogênito de Manoel Caetano da Rocha e Anna Rosa de Jesus, nasceu em Doze Ribeiras na sexta-feira, 28 de outubro de 1763. O padrinho foi Antônio José da Rocha, da família de Manoel da Rocha Borba, o avô paterno, e a madrinha, Francisca Marianna, da família de José Gonçalves Carvalho, o avô materno.

Josefa Rosa, filha de Bartholomeu Machado da Costa, natural de Santa Bárbara das Nove Ribeiras, e de Anna Maria, natural de Doze Ribeiras, nasceu nesta freguesia em torno das quinze horas da terça-feira, 22 de outubro de 1776, tendo sido batizada na igreja paroquial de São Jorge no dia vinte e sete seguinte.

Simão da Rocha e **Josefa Rosa [Machado da Costa]** casaram-se na tarde da quarta-feira, 28 de novembro de 1798, na Igreja Paroquial de São Jorge das Doze Ribeiras, tendo como testemunhas o cura da Igreja Paroquial de Santa Bárbara e um vigário da própria freguesia de Doze Ribeiras. O casamento foi realizado pelo cura paroquial José Lopes Romeiro. O casal residiu em Doze Ribeiras, integrando o corpo de paroquianos daquela freguesia rural.

5. **Manoel da Rocha Borba**, a cujo nome foi adicionado a alcunha de “Mendonça”, nasceu em Doze Ribeiras em 28 de maio de 1812, tendo sido batizado na igreja paroquial em quatro de junho seguinte, filho de Simão da Rocha e Josefa Rosa [Machado da Costa]. O padrinho foi José Coelho, vigário em Doze Ribeiras.



Manoel da Rocha Borba de Mendonça, cuja mãe se chamava Josefa *Rosa* e a avó Anna *Rosa*, casou-se com **Maria Rosa [Machado da Costa]**. Maria Rosa era filha de Francisco Machado da Costa e Francisca Rosa. Ela nasceu em Doze Ribeiras, aos 28 de outubro de 1820, tendo sido batizada no dia cinco de novembro seguinte; recebeu o nome da madrinha.

Manoel da Rocha Borba de Mendonça e Maria Rosa [Machado da Costa] casaram-se na igreja paroquial de São Jorge das Doze Ribeiras na manhã dominical de 10 de abril de 1836, na presença do vigário José Ignácio Martins, tendo como testemunhas Francisco Machado da Costa e Jacinto da Rocha. À ocasião, os pais do nubente já eram falecidos.

A EMIGRAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO

Sob uma perspectiva, sugerem Cordeiro & Madeira que a emigração açoriana para o Brasil se caracterizou, desde o século dezesseis, sobretudo, pelo controlo efetivo da Coroa. Observam:

Com efeito, o abandono das suas terras obedeceu menos à vontade da população do Arquipélago e mais aos interesses do Estado. Mesmo nas situações mais dramáticas – acentuadas crises frumentárias, fenómenos sismovulcânicos, escassez de emprego – que impeliam à urgência da fuga para novos horizontes de esperança, eram os interesses da coroa que prevaleciam, causando, por vezes, e como vimos, situações complexas de pessoas que ficavam na dependência da caridade pública, com o alheamento do Governo.⁷

Porém, os mesmos autores observam que, a emigração e, em especial, a verificada nos séculos dezoito e inícios do dezenove, “permite-nos sublinhar a teia intrincada de motivações e interesses dos diversos intervenientes no fenómeno”. E acrescentam: “Não se tratava somente dos ditames do Estado e das motivações várias da população. Intervinham ainda as perspectivas das autoridades locais sobre a realidade social e económica das ilhas, além dos interesses, sobretudo económicos, de proprietários rurais, agricultores, negociantes e armadores”.⁸ Seja por fuga do serviço militar, da miséria ou, mesmo que, em alguns casos, por alguma tradicional índole aventureira, a emigração açoriana foi uma epopeia que deixou rastro por onde passou.⁹

Da perspectiva do emigrante propriamente dito, os açorianos que demandavam ao Brasil buscaram melhores condições de vida. A perda de fertilidade dos solos e, sobretudo, após os eventos sismográficos que aconteceram em 1677, o pauperismo assolou um grande contingente da população açoriana.¹⁰ Sobre a imigração que ganhou força no Brasil durante o século dezoito, já se tem observado:

[...] sendo uma consequência da desestruturação da economia canavieira em Açores e das frustradas tentativas de desenvolver novas atividades agrícolas que pudessem substituir a cana de açúcar. Além das questões económicas, nesse período outros dois fatores contribuíram para a acentuação do fluxo: as notícias que chegavam em Açores de melhoria das condições de vida daqueles que migraram para o Brasil e as tentativas de reunir os membros da família em terras brasileiras. As motivações económicas, contudo, ainda eram a razão principal para o fluxo.¹¹

Na segunda metade do século dezoito foi grande o afluxo de açorianos para o ciclo mineiro, ingressando no país pelo Rio de Janeiro. A Zona da Mata Mineira e regiões limítrofes receberam um significativo contingente. Desde que a rota exclusiva (e a única legal) de saída do ouro mineiro passou a ser a rota fluminense, com saída pelo porto do Rio, a região na divisa entre Minas e Rio de Janeiro foi ganhando pujança, inclusive a Zona da Mata Mineira. O ciclo mineiro terá imensa importância, oferecendo fundamentos para a transferência da corte para a cidade do Rio no início do século dezenove. Na década de 1820 o Brasil obteve sua independência, e a partir de então o açoriano que aportou no Brasil teve o estatuto jurídico de um imigrante e não mais o do antigo colono português. Em Portugal, naquela década, após a *Revolução Liberal Portuguesa*, a emigração deixará de ser limitada pelo governo.

Pela mesma década começou a ganhar força a cafeicultura ao longo do Rio Paraíba, na região próxima à divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Também o povoamento da vizinha porção sul da Zona da Mata foi fortemente impulsionado ao longo do século dezenove pela expansão da lavoura cafeeira. A exportação de café tornou-se uma

⁷ CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Artur Boavida. “A Emigração Açoriana para o Brasil; uma leitura em torno de interesses e vontades”. In: Arquipélago. História. 2ª. Série, VII, 2003, p. 119. Online aqui: <https://core.ac.uk/download/pdf/61434008.pdf> [acesso em 1/10/2020].

⁸ Idem, p. 122.

⁹ GONÇALVES, Daniel Evangelho. Os Açorianos no Rio de Janeiro; inserção social e estabelecimento. História Oral. Vol. 22, N. 2, pp. 118-132, jul./dez. 2019.

¹⁰ RODRIGUES, José Damião; ROCHA, Giberta Pavão Nunes. A Emigração Açoriana para o Brasil; Ritmos e Destinos. CEPESE | Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2008. p. 249. Online aqui: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/deslocamentos-e-historias-os-portugueses-a-emigracao-acoriana-para-o-brasil-ritmos-e-destinos> [acesso em 1/10/2020].

¹¹ POUBEL, Mayra. Imigração açoriana no Brasil. Online aqui: <https://www.infoescola.com/historia/imigracao-acoriana-no-brasil/> [acesso em 1/10/2020].

importante atividade econômica no Estado do Rio. No início da década de 1820, 62,2% da receita do império correspondia à receita proveniente da Província do Rio de Janeiro. Esta única província chegou a representar 77% da economia brasileira, e o café da região Centro-Norte fluminense ocupou lugar de destaque na produção nacional e na exportação da *Commodity*. Seguindo a lógica iniciada com a mineração, a cafeicultura consolidou o Rio de Janeiro como a cidade central do país. Com a construção de estradas que ligavam as fazendas ao porto do Rio de Janeiro, constituiu-se um interior fluminense articulado com a cidade. Entre 1835 e 1867, a produção de café sextuplicou. O café (“ouro negro”) fez a opulência da cidade do Rio de Janeiro e tornou-se a base econômica do segundo império; a cafeicultura fluminense atingiu seu nível máximo de produção em 1882.

Os lucros provenientes do café promoveram o desenvolvimento da capital. Na segunda metade do século dezenove a cidade conquistou uma posição dinâmica e opulenta, sob diversos aspectos. O Rio de Janeiro, quer em sua capital quanto no interior, torna-se o grande destino da imigração portuguesa, contando esta com a sua parcela açoriana. Com o florescimento da cafeicultura, as regiões próximas ao vale do Paraíba, em seu troço fluminense, encheu-se de fazendas – muitas delas com sedes intactas até aos dias de hoje. Eram fazendas imensas, cuja força de trabalho provinha do regime escravocrata. Com a *Lei Feijó*, o tráfico negreiro foi proibido. Os fazendeiros passaram a utilizar-se dele de forma clandestina, porém isto já assinalava dificuldades para o progresso das lavouras. Neste contexto desponta a alternativa do imigrante. Parece-nos, nada obstante, ainda pouco estudado o fenômeno que constituiu o enorme contingente de açorianos que veio para trabalhar nas fazendas, uma parcela significativa como “meeiros”.

Assim, todo Centro-Norte fluminense contou com a presença dos açorianos. Estes imigrantes eram genericamente chamados “portugueses”, ou por vezes referidos como “ilhéus”. Não era incomum praticarem a endogamia (casamento intrafamiliar), inclusive por razões econômicas, fazendo com que as famílias açorianas se entrelaçassem matrimonialmente em algumas gerações – fenômeno que antecedia em muito ao seu estabelecimento no Brasil. Alguns, dentre os que conseguiram amealhar algum recurso, dirigiram-se para as terras mais ao norte do estado, inclusive para a margem esquerda do Rio Paraíba, a fim de adquirirem os seus lotes, onde as terras ainda tinham um custo proporcionalmente mais em conta.

Na extremidade de origem, as condições locais açorianas compunham a lógica do fenômeno. No caso específico da freguesia terceirense de Doze Ribeiras, sobretudo em razão das influências do relevo e da temperatura, a freguesia foi, ao longo de todo o século dezenove, uma das mais pobres do concelho, muito fustigado pelos temporais e pelos resultantes episódios de fome e instabilidade social. Um dos mais graves surtos de fome ocorreu no inverno de 1857 e resultou da destruição dos milhos e outras culturas agrícolas causada por um furacão que fustigou a ilha em agosto daquele ano. Uma *Sociedade de Beneficência Mútua* foi fundada em Doze Ribeiras, em 1865, a fim de fazer frente às frequentes crises causadas pela perda das colheitas, e às consequentes fomes. Além disto, durante o estio, o abastecimento de água tornou-se um dos grandes desafios; por mais de um século, os chafarizes construídos funcionaram como solução de abastecimento de água.

A freguesia foi duramente atingida pelo “furacão de 1893”, um ciclone tropical que a 28 de agosto daquele ano atravessou o Grupo Central do arquipélago dos Açores, causando centenas de mortos e a destruição generalizada das culturas e construções. A freguesia das Doze Ribeiras, exposta a sudoeste, foi uma das mais duramente atingidas, tendo a quase totalidade das suas casas afetadas e a igreja destruída, a qual teve sua reconstrução concluída seis anos após. Ao longo dos anos, o êxodo da população da freguesia foi muito expressivo.¹²

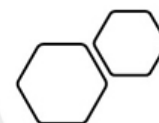
¹² A igreja paroquial manteve-se em uso, com poucas alterações, até ser destruído pelo terremoto de 1 de janeiro de 1980. Neste, Doze Ribeiras foi a povoação que maior destruição sofreu, com destruição de cerca de noventa por cento de suas edificações. O traçado da vila foi refeito, e a igreja paroquial reconstruído seis anos após a destruição pelo terremoto. Entre as conquistas mais recentes da freguesia estão a rede de eletricidade pública na década de 1960 e o abastecimento domiciliário de águas na década de 1980.

A FAMÍLIA ROCHA BORBA NO RIO DE JANEIRO

6. **João da Rocha de Borba** (que em Doze Ribeiras teve a alcunha paterna, *Mendonça*, adicionada ao nome) era filho de Manoel da Rocha Borba de Mendonça e Maria Rosa [Machado da Costa]. Ele nasceu em Doze Ribeiras, aos 18 de janeiro de 1859, tendo sido batizado na igreja paroquial no dia vinte e seis seguinte. Resumidamente, ele, tão logo completou dezoito anos, casou-se e emigrou para o Brasil.

Emília Balbina [Baptista Ferreira Alves] nasceu em Doze Ribeiras, aos 28 de abril de 1856, filha de Agostinho Ferreira Álvares ("Alves") e Maria Balbina Baptista. Ela foi batizada na igreja paroquial em 7 de maio daquele ano, tendo como padrinhos Agostinho Gonçalves Fialho e sua esposa Maria Gertrudes, moradores em Doze Ribeiras.

João da Rocha de Borba e Emília Balbina casaram-se na igreja paroquial de São Jorge das Doze Ribeiras, à terça-feira 23 de janeiro de 1877, cinco dias após ele completar dezoito anos; ela estava para completar vinte e um anos. Dois dias após o casamento, partiria de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, o *Lidador*, paquete a vapor brasileiro, conduzindo emigrantes açorianos para o Rio de Janeiro. Novos embarques foram feitos na Ilha Terceira, no dia vinte e sete, e na Ilha do Faial, no dia vinte e nove. João da Rocha de Borba e Emília Balbina obtiveram o seu passaporte no *Governo Civil de Angra do Heroísmo* dois dias após o casamento, isto é, na quinta-feira, dia 25.¹³ No sábado, com quatro dias de casados, ele e ela foram os passageiros de número vinte e seis e vinte e sete, dentre os 141 embarcados na Ilha Terceira e integrando o total de 266 passageiros. O *Lidador* aportou no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1877, conforme o diário de bordo do capitão da marinha mercante Augusto Borges Cabral, natural da Ilha de Santa Maria. Quanto ao vapor *Lidador*, pertencente à *Empresa Transatlântica de Navegação*, e que entre 1876 e 1877 realizou diversas viagens para o Brasil, sofrerá naufrágio na ilha Terceira, nos Açores, no início de 1878.¹⁴



Anúncio da que viria a ser a última viagem do *Lidador*.

Periódico *O Faialense*

Horta, Ilha do Faial, Açores
19 de janeiro de 1878.

Sabe-se que já havia integrantes da família Rocha Borba no Rio de Janeiro, quando o casal aportou em 1877 — embora não se saiba, no presente momento, exatamente quantos, e todos os exatos vínculos de parentesco. Sabe-se que os primeiros anos da família no Rio de Janeiro foram marcados por grandes dificuldades. Sabe-se ainda, até o momento, que no início da década de 1890 nasceu filhos ao casal: em 1892, na residência à Rua Formosa, 190 (no centro da cidade, atual rua General Caldwell), na Freguesia de Santana, local de muitas habitações coletivas (casinhas, cortiços, estalagens). "Ali pulsava a vida de centenas de homens e mulheres pobres, livres e escravos, imigrantes portugueses e italianos, que

¹³ Governo Civil de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. Passaporte N.º. 70, com destino ao Rio de Janeiro, de 25/01/1877: "*João da Rocha de Borba, de 18 anos de idade, casado, trabalhador, natural e morador na freguesia de Doze Ribeiras, filho de Manoel da Rocha de Borba e de Maria Rosa, levando em sua companhia sua mulher, Emília Balbina, de 20 anos de idade*".

¹⁴ O "*Lidador*" constitui um bom exemplo da navegação do último quartel do século dezenove e mais um testemunho dos naufrágios ocorridos na baía de Angra. O episódio de naufrágio é também conhecido como "naufrágio do barco do sal". O sítio arqueológico foi localizado e identificado em 1995. Os restos da embarcação integram o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo. Mais detalhes, cf. o verbete "*Lidador (vapor)*" da Wikipedia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lidador_\(vapor\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lidador_(vapor)) [acesso em 1/10/2020].

trabalhavam, ajudavam-se, dançavam, cantavam, brigavam e morriam de epidemias diversas.”¹⁵ O local ficava atrás da *Estação da Estrada de Ferro Dom Pedro II*, que passaria a se chamar *Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil* a partir de 1889.

Em 1895, nasceu um outro filho ao casal João da Rocha de Borba e Emília Balbina, desta feita na residência à Rua Visconde de Inhaúma, 261-A. Tratava-se da antiga rua dos Pescadores, aberta no início do século dezoito e “considerada pelos viajantes estrangeiros a pior rua do Rio de Janeiro. Foi alargada pela primeira vez em 1831, quando foi reformado o Arsenal de Marinha.”¹⁶ Em 1869, ela passou a chamar-se Rua Visconde de Inhaúma, em homenagem ao célebre almirante da esquadra brasileira na Guerra do Paraguai. Em 1906, foi alargada e retificada no período do prefeito Pereira Passos (governo: 1903-1906), ligando unidades do porto e alfândega ao centro do Rio e a Central do Brasil, via Av. Marechal Floriano.

O TRANSPORTE DE MERCADORIAS E PESSOAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Acredite: Houve um tempo em que a cidade do Rio de Janeiro não contava com ônibus, nem com *vans*, nem com *taxis*, e nem com motoristas de aplicativos transportando passageiros... Também não havia postos de combustíveis... Nem mesmo havia bicicletas, que só começaram a chegar ao Brasil em 1898, e, ainda assim, de início bastante “exóticas”... Não obstante, havia passageiros, e na segunda parte do século dezenove já havia muitos!

À época também não havia caminhões, nem picapes, nem *motoboys*... Não havia caçambas para entulhos, e nem caminhões de coleta de lixo. Ainda assim, havia mercadoria e conteúdo transportável de todo tipo, numa variedade quase inimaginável; desde alimentos, *comodities* em geral, sacas de café, produtos agrícolas e pequenos animais... Numa cidade que crescia de forma pulsante, as pessoas mudavam-se e precisavam que seus móveis e utensílios fossem transportados. Além disto, em distâncias maiores, nem todas as pessoas podiam ou queriam andar a pé, tanto mais ricas e nobres fossem. As mercadorias eram transportadas em longa distância pelos tropeiros, com suas réguas ou comboios de muares. O transporte de longa distância de mercadorias recebeu, posteriormente, um imenso salto qualitativo com as linhas férreas. Quanto aos passageiros, eram transportados em longa distância por embarcações e, em terra, através de animais de montaria. Porém, no interior da maior cidade brasileira à época, como eram realizados os transportes de pessoas e mercadorias? Como eram oferecidos, por meio de transportes, os serviços básicos à população, que iam desde o transporte de alimentos até a coleta de lixo?



Estação da Estrada de ferro Central do Brasil, 1899.

Marc Ferrez (fotógrafo brasileiro, 1843—1923)

Rio de Janeiro, RJ / Convênio Instituto Moreira Salles – Leibniz-Institut für Länderkunde

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. Visita aos Cortiços do Rio Imperial; Cortiços, Rio de Janeiro, 1879. Online: <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/corticis/introcorc.html> [acesso em 1/10/2020].

¹⁶ “Centro, Avenida Rio Branco, Suas Transversais (I). Site marcilio.com. Online: <http://www.marcillio.com/rio/encerbes.html#vin> [acesso em 1/10/2020].

Até pelo menos a primeira metade do século dezenove, o carregador negro era figura crucial no transporte de pessoas e mercadorias. Os carregadores negros eram responsáveis por vários serviços básicos da sociedade carioca, como o transporte de água, de alimentos, de mortos, de doentes, retirada de lixo, além da realização de mudanças. Na Alfândega, tinham uma importância fundamental no transporte de mercadoria, notadamente nas sacas de café. Porém, a força motriz ainda era a humana.

Ainda na primeira metade do século dezenove começaram a aparecer os veículos de transporte utilizando tração animal, com licença para trafegar no espaço urbano, especialmente carroças. Estas carregavam lenha, conduziam mudanças e transportavam gêneros agrícolas para os mercados. Um grande número era empregado em serviços essenciais à vida urbana, como na condução de pipas d'água e no transporte e descarte de resíduos em geral. Entre os que conduziam os veículos com tração animal, a maioria esmagadora era de trabalhadores livres, muitos dos quais imigrantes portugueses.¹⁷ Paulo Cruz Terra, em sua tese de doutorado em História, destaca a importância dos imigrantes lusos na categoria dos trabalhadores do transporte no Rio de Janeiro. O mesmo autor observa que, neste período, os trabalhadores livres reservavam para si o transporte com veículos, representando a maioria dos que os conduziam. O transporte *manual* de cargas e pessoas, por sua vez, ficava por conta principalmente dos escravizados e libertos: os carregadores.¹⁸

Na segunda metade do século dezenove, a cidade do Rio de Janeiro era a mais populosa do país e também o seu centro político. De 1850 a 1870, período que antecede à abolição da escravidão, cocheiros e carroceiros realizavam os serviços de frete, e eram proprietários de sua ferramenta de trabalho – cujo custo, tanto de aquisição do veículo quanto da compra e sustento dos animais, não era baixo. Os imigrantes portugueses continuavam a ser a maioria dos responsáveis por este tipo de transporte. Ao longo da segunda metade dos oitocentos, os carregadores negros tiveram, paulatinamente, sua atuação mais circunscrita ao transporte de mercadorias relacionadas à área do porto.¹⁹

A partir da década de 1870, foram criadas várias companhias de abastecimento de mercadorias e de transporte de passageiros. Estas passaram a utilizar os bondes, surgidos na cidade em 1868. Porém, o serviço de bondes impunha vários limites, tanto em termos de abrangência e de locais de integração e acesso, assim como no custo e também em seu propósito. Cruz Terra analisa as formas de organização e mobilização dos Cocheiros e Carroceiros no Rio de Janeiro, entre 1870 e 1906.²⁰ Nesse período, o setor de transporte transformou-se substancialmente com a introdução das companhias de carris, inclusive com movimentos grevistas conduzidos pela *Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas*. A despeito de os carroceiros que trabalhavam por conta própria não terem desaparecido da cidade do Rio de Janeiro, o transporte de cargas passou a ser realizado cada vez mais por empresas. Cruz Terra constata que no período entre 1870 e 1906 os cocheiros e carroceiros da cidade do Rio de Janeiro, numerosíssimos e presentes em praticamente todos os negócios da grande urbe, foram a categoria que mais empreendeu greves. As paralisações realizadas por esses trabalhadores causaram grande impacto no funcionamento da cidade e na vida dos seus habitantes, já que afetavam diretamente a circulação de pessoas e mercadorias e, eventualmente, paravam serviços básicos.²¹

¹⁷ CRUZ TERRA, Paulo. *Cidadania e Trabalhadores; Cocheiros e Carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2012, p. 34.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ CRUZ TERRA, Paulo. *Cidadania e Trabalhadores; Cocheiros e Carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2012, p. 34.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Ibid*.

Chegado à cidade do Rio de Janeiro no início de 1877, sabe-se que João da Rocha de Borba, assim como muitos outros dentre seus conterrâneos (e talvez até familiares), integrou o contingente que conduzia veículos de transporte na cidade do Rio de Janeiro. Ainda pelo início da década de 1890 ele exercia esta função, não se sabe exatamente se com veículo próprio (o mais provável) ou se prestando serviço para alguma companhia. Por fim, não se sabe ainda impelidos por quais motivos, João da Rocha de Borba e Emília Balbina deixaram aquela “vida agitada” do centro do Rio, com o seu “furioso tráfego” de coches e carroças, e estabeleceram a sua família em Santo Antônio de Pádua, município do Noroeste Fluminense, onde foram lavradores.

7. Ernesto da Rocha Borba, filho carioca do casal doze-ribeirense João da Rocha de Borba e Emília Balbina, nasceu no centro da cidade do Rio de Janeiro, à Rua Formosa, 190, nas proximidades da atual “Central do Brasil”. Ele nasceu às vinte e uma horas de 28 de junho de 1892.

Ernesto da Rocha Borba casou-se, às quinze horas e trinta minutos de 2 de outubro de 1909, com **Jovelina de Souza de Jesus**, filha do casal Manoel de Souza de Jesus e Francisca Cordeiro de Jesus – também açorianos, naturais da Ilha de São Miguel, ambos nascidos na freguesia de Arrifes (“Nossa Senhora da Saúde nos Arrifes”), no concelho de Ponta Delgada.

O casamento de Ernesto da Rocha Borba e Jovelina de Souza de Jesus foi realizado no primeiro distrito do município de Santo Antonio de Pádua, na fazenda denominada “São José da Boa Vista”, na residência dos pais da nubente. O casamento foi realizado por José de Mello Pereira e Castro, Juiz de Paz em exercício. As testemunhas foram Antônio Gomes de Faria, negociante residente no mesmo distrito, e o irmão da nubente, Manoel de Souza de Jesus Junior, casado, lavrador, com vinte e cinco anos de idade e igualmente residente no distrito. O contraente, nascido na capital federal, com a idade declarada de dezoito anos, lavrador, com pais residentes no distrito. Ela, com a idade declarada de dezesseis anos, do lar. O contraente declarou não saber ler e nem escrever, e por ele assinou o cunhado, Eurico de Souza de Jesus. A contraente, igualmente, declarou não saber ler e nem escrever, e por ela assinou Bernardino Rodrigues da Silva Junior. Outros presentes que assinaram o termos: Alípio Alvino da Cruz, brasileiro, fluminense, de vinte e um anos, lavrador solteiro e residente no distrito; Jose da Cruz, português, casado, de quarenta e nove anos, lavrador, residente no distrito; José da Silva Magacho, fluminense, lavrador, de dezesseis anos de idade, solteiro e residente no distrito; Benjamim Constant Schimith, fluminense, solteiro, de dezoito anos de idade, lavrador e residente no distrito. Dentre outros que assinaram: Manoel José de Faria, Antonio Paes da Fonseca, Bernardino Gamacho e Ernesto Leite Ribeiro.

Tem-se conhecimento de dez filhos de Ernesto da Rocha Borba e Jovelina de Souza de Jesus, os quais nasceram na segunda e terceira décadas do século vinte no município de Santo Antônio de Pádua. Jovelina de Souza de Jesus faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de março de 1945, com a idade declarada de cinquenta anos e seis meses – o que sugere o mês de setembro de 1894 como o de seu nascimento. Em seu registro de óbito informa-se que residia à Rua Viúva Cláudia, 362,²² deixando viúvo Ernesto da Rocha Borba e os dez filhos já referidos. Foi sepultada no Cemitério de Inhaúma. Ernesto da Rocha Borba ainda vivia em outubro de 1949.

²² O endereço informado era de um dos filhos, Manoel de Rocha Borba, que declarou o óbito.

A FAMÍLIA DE JESUS

Manoel de Souza de Jesus nasceu na freguesia de “Nossa Senhora da Saúde”, do Lugar dos Arrifes, na Ilha de São Miguel, nos Açores. Nasceu à meia noite de 9 de fevereiro de 1862, tendo sido “batizado em casa, em perigo de vida, pela parteira Thereza de Jesus, viúva de Manoel de Souza, moradora na Rua Direita da freguesia”. Na manhã seguinte, por volta das nove e meia, recebeu os “santos óleos” na igreja paroquial por Antônio Jacintho de Gouveia, cura da freguesia.

Manoel era filho do “camponês” Manoel de Jesus de Souza e de sua mulher, Bárbara Corrêa da Costa, nascidos e casados em Arrifes, e à ocasião residentes na Travessa da Piedade. Os avós paternos eram José e Antônia de Jesus; os avós maternos: Manoel Correia e Maria do Amor Divino.

Manoel de Souza de Jesus teve como padrinho a Francisco de Jesus, “solteiro, camponês, morador na dita Travessa”, e como “madrinha se invocou Nossa Senhora da Saúde, em cuja coroa trouxe João Gaspar da Silva, solteiro, sacristão da igreja e morador na Rua dos Affonsos”.

Francisca Cordeiro de Jesus nasceu na freguesia de “Nossa Senhora da Saúde”, do Lugar dos Arrifes, no Concelho de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, nos Açores. Ela nasceu à meia noite de 10 de julho de 1860, tendo sido batizada na igreja paroquial, pelas sete horas da manhã do dia dezoito seguinte, por Gervásio José Tavares, cura da freguesia. Francisca era filha de José Cordeiro Soares e Emília Ricarda do Coração de Jesus, nascidos na freguesia de São José, no dito Concelho, e casados em Arrifes. À ocasião, eram moradores na “Canada de Gaspar da Silva” no lugar de Arrifes. Os avós paternos eram Antônio José Soares e Antônia Jacintha; os avós maternos: Manoel Correia e Thereza de Jesus.

Francisca Cordeiro de Jesus teve com padrinho o “camponês” Manoel Raposo e sua mulher Francisca Cândida do Amor Divino, “moradores na Rua da Saúde para a Cidade”.

Manoel de Souza de Jesus e Francisca Cordeiro de Jesus chegaram solteiros ao Brasil. Francisca teve seu registro de imigração em Ponta Delgada, em 21 de janeiro de 1882 tendo embarcado para o Brasil no vapor alemão Montevideo em 1 de fevereiro, chegando ao Rio de Janeiro em 20 de fevereiro.²³

Manoel e Francisca se casaram por volta de 1883, no lugar denominado “Porto Velho”, na freguesia da Bemposta, no atual município de Três Rios. Viveram na região da atual São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, onde havia duas fazendas importantes, pertencentes a dois barões: Águas Claras e Bemposta. Inicialmente, fixaram residência no lugar denominado “Mundo Novo”, na região da Fazenda Águas Claras, onde foram lavradores e tiveram os primeiros filhos. Posteriormente, provavelmente na última década do século dezenove, mudaram-se para o município de Santo Antônio de Pádua, município do Noroeste Fluminense, e ali tiveram propriedade rural, a fazenda “São José da Boa Vista”.

Além de Jovelina, ressalte-se que outra filha do casal foi Bárbara de Souza de Jesus (“Balbina”, 1898-1970), nascida na jurisdição do município de Miracema em 9 de novembro de 1898.

²³ Francisca Cordeiro de Jesus declarou a idade de vinte e um anos, e veio trazendo em companhia o seu irmão, Bento Cordeiro, de dezesseis anos. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Lv. 1385, Nº 0065/1882. Francisca e seu irmão foram os passageiros 176 e 177, com o passaporte de Nº 65. Entre os 219 passageiros certamente havia outros parentes, tanto da família de Jesus quanto da família Cordeiro.

A FAMÍLIA GONÇALVES

1. Maria Rosa de Jesus, nascida nos Açores em 20 de dezembro de 1847, era filha de Arsênio José da Costa e Maria Jacinta Resende da Costa. Os relatos orais intrafamiliares dão conta que ela, ainda bem jovem, casou-se em Portugal, viajando em seguida para o Brasil. Que aqui teria enviuvado, retornando ao lugar de origem sem filhos. Contraiu segundas núpcias com João Eugênio Gonçalves, que, na infância, recebera o apelido de “Joãozinho Beralta”. A família de João Eugênio Gonçalves e Maria Rosa de Jesus estabeleceu-se em Mar de Espanha, município da Zona da Mata Mineira, e ali o casal teve os primeiros filhos. Posteriormente, no final do século dezenove, a família mudou-se para Marangatu, distrito de Santo Antônio de Pádua, onde ele adquiriu uma fazenda. O casal teve oito filhos: quatro homens e quatro mulheres; os meninos receberam “Eugênio” como segundo nome; e as meninas, “Eugênia”.

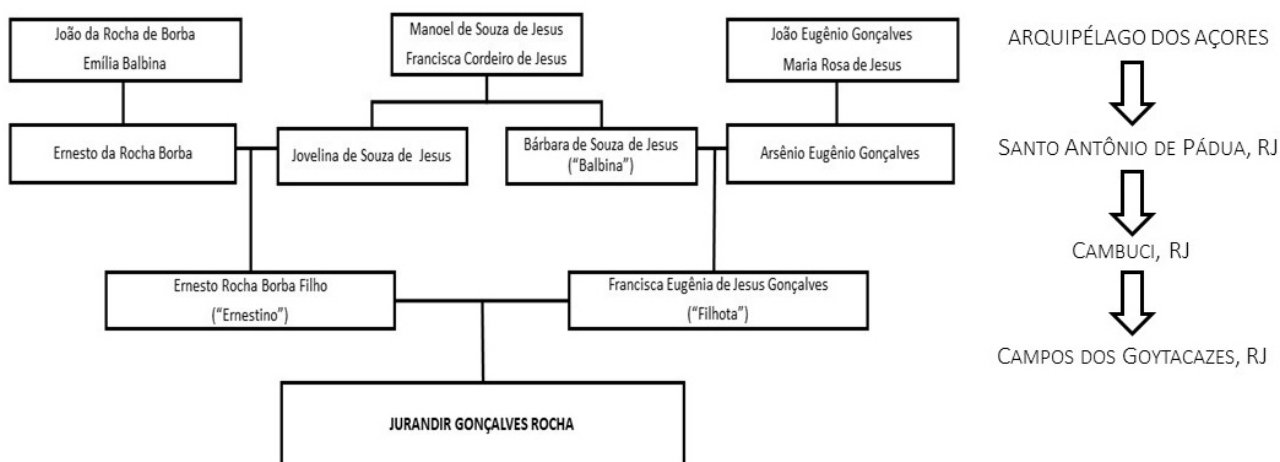
João Eugênio Gonçalves, faleceu em torno de 1895 e foi sepultado no cemitério do “Retiro Formoso” em Marangatu, quarto distrito de Santo Antônio de Pádua. Deixou os filhos menores e a viúva à testa da administração da fazenda, a qual foi vendida em 1927. Maria Rosa de Jesus faleceu em Itaperuna, na residência do filho caçula, em 19 de junho de 1927.

2. Arsênio Eugênio Gonçalves, filho de João Eugênio Gonçalves e Maria Rosa de Jesus, nasceu em 27 de setembro de 1876, e recebeu o nome do avô materno. Casou-se com Bárbara de Souza de Jesus (“Balbina”), nascida na jurisdição do município de Miracema em 9 de novembro de 1898, filha de Manoel de Souza de Jesus e Francisca Cordeiro de Jesus. O casamento ocorreu em Santo Antônio de Pádua, na fazenda “São José da Boa Vista”, na residência dos pais da nubente, às quatorze horas de 15 de novembro de 1913. O casamento foi realizado pelo Capitão José Francisco Affonso, Juiz de Paz em exercício. As testemunhas foram o Capitão Manoel Pereira Leal, português, lavrador, proprietário, de quarenta e sete anos; e, o irmão da nubente, Manoel de Souza de Jesus Junior, negociante, com vinte e nove anos de idade e residente no distrito. O contraente era negociante e residente no distrito. Por ocasião do casamento, o seu pai era já falecido e a mãe, Maria Rosa de Jesus, residia no distrito de Aperibé. A contraente residia no distrito, com a idade declarada de quinze anos, do lar. Assinaram ainda o termo: Domingos Magacho Junior, João de Souza de Jesus, Arcênio do Rego Wenceslau, Alexandrina de Jesus Vaz, Rosa Figueira de Jesus, Antônia Eugênia Gonçalves, João Eugênio Gonçalves Filho, Luzia Pontes Paiva, Angelina da Conceição e Joaquim Cesar Galeão.

Arsênio Eugênio Gonçalves e Bárbara de Souza de Jesus (“Balbina”) tiveram dez filhos: seis homens e quatro mulheres. “Balbina” converteu-se e tornou-se evangélica, dando origem a uma numerosa família batista fluminense, com alguns de seus filhos tendo sido ordenados pastores. Arsênio faleceu em 13 de março de 1950; Bárbara de Souza de Jesus (“Balbina”) faleceu em Laranjal, no município de São Gonçalo, em 22 de agosto de 1970, tendo sido sepultada no dia seguinte no cemitério de São Miguel.

9. **Jurandir Gonçalves Rocha**, filho de Ernesto Rocha Borba Filho e Francisca Eugênia de Jesus Gonçalves, assim como alguns de seus ancestrais diretos, também não recebeu o sobrenome Borba. Filho da quinta geração de sua mãe e o primeiro que sobreviveu. Nascido na quinta feira 11 de maio de 1939 (embora o registro civil de nascimento declare que

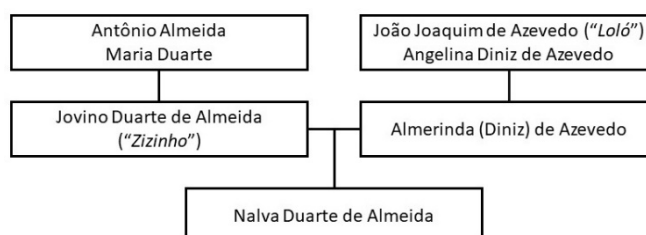
foi em 7 de junho), no município de Cambuci. Era sete anos mais velho que sua única irmã, a qual nasceu em 3 de outubro de 1946.



Nalva Duarte de Almeida nasceu em 24 de junho de 1940²⁵ ("noite de São João, a mais longa do ano"), no lugar denominado "Palha Branca", em São Luiz, lugar à época no interior do município de Campos dos Goitacazes, tendo sido registrada, entretanto, no município de São Fidélis. Filha única de Jovino Duarte de Almeida ("Zizinho") e Almerinda de Azevedo (ambos sepultados no Cemitério Público de São Fidélis), "Nalvinha" foi batizada aos doze anos, no valão de São Luiz, pelo pastor Antonino de Souza. Com esta idade passou a residir em São Fidélis em casa de parentes, até que seus pais se mudaram para a cidade. Os avós maternos residiram no lugar de Penedo, no interior do terceiro distrito de São Fidélis, onde frequentaram a Igreja Batista local. Sua avó fora parteira conhecida na região, e juntamente com o esposo possuía um pequeno comércio num entroncamento da estrada, onde funcionava uma parada de ônibus.

Com a decisiva intervenção de sua mãe – crente fiel e perseverante, membro na *Primeira Igreja Batista de São Fidélis* –, Nalva conseguiu bolsa de estudos para o *Colégio Batista Fluminense*, onde formou-se na Escola Normal (antigo curso médio de formação de professores). Nesse tempo conheceu o futuro marido. Após concluir os estudos, seguiu para Araruama, cidade da Região dos Lagos, onde trabalhou, residindo na casa de uma tia materna.

Jurandir Gonçalves Rocha e Nalva Duarte de Almeida casaram-se no sábado 12 de janeiro de 1963, na *Primeira Igreja Batista de São Fidélis*, em cerimônia conduzida pelo Pr. Antônio Moreira Portes, que pastoreara aquela igreja entre 1957 e 1960. O casal teve quatro filhos: três mulheres e um homem.



O PASTOR JURANDIR GONÇALVES ROCHA (1939—1982)

Jurandir Gonçalves Rocha nasceu no município de Cambuci, e os pais lhe imprimiram um caráter forte. Sua conversão ocorreu quando estava com oito anos de idade. Foi batizado, com esta idade, pelo pastor Antônio Soares Ferreira (1896—1956), no rio Paraíba do Sul, e sempre fazia referência ao seu batismo.

²⁵ Do registro de nascimento, entretanto, consta a data de um ano antes, isto é, em 1939, data geralmente comemorada.

O lar de origem era pobre de bens terrenos, mas contava com a preciosa graça de Deus. Os pais cultivavam um bananal e também possuíram um pequeno comércio de carne suína. Foi crescendo o menino Jurandir, e trabalhando, já pequeno, vendendo bananas, em um cesto, nas ruas de Cambuci. Em virtude de ter carregado, por muito tempo, o cesto pesado, ele teria ficado – como declarou algumas vezes – com o ombro esquerdo caído.

O pai, homem simples, com boa habilidade espacial, fácil manejo intuitivo e com apurado senso de medida, logo tornou-se um construtor prático. Trabalhava duro para oferecer estudo ao casal de filhos, tanto em Cambuci quanto em Campos dos Goytacazes, para onde a família se mudou. Certa ocasião, o jovem Jurandir enfastiou-se de estudar e teria peremptoriamente informado ao pai que estava abandonando os estudos, ao que o pai, prontamente, teria respondido: *“Não tem problema. Eu trabalho para você estudar. Mas já que você não quer estudar, então você vai trabalhar comigo como ajudante de pedreiro”*. Passados dois ou três dias de uma fadiga cruel, o rapazola, com calos nas mãos, a carne dolorida e a pele ainda mais causticada pelo sol, voltou humildemente ao pai e pediu para retornar aos estudos! Foi uma decisão acertada e tomada em bom tempo.

Logo depois iniciou-se Jurandir, com o auxílio do tio, pastor Aylpton de Jesus Gonçalves, no ofício gráfico, compondo, durante anos, para uma tipografia. Com esforço, fez o curso ginásial em sua cidade. O antigo curso médio “Científico” ele cursou no *Colégio Batista Fluminense*, em Campos. Em 1958 ele serviu ao Exército Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (“Dragões da Independência”, 1º RCGd).²⁶ Cursou o *Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil*, no Rio de Janeiro, formando-se em 1964, no grau de Bacharel, tendo, mais tarde, feito o curso de Complementação Filosófica em Mogi das Cruzes, São Paulo.

Enquanto cursava teologia, casou-se com Nalva Duarte de Almeida. O pastor Jurandir aproximou-se muito da família de sua mãe, fortemente batista; em particular, aproximou-se de seu tio materno, pastor Aylpton de Jesus Gonçalves, pastor e educador em Laranjal, São Gonçalo. Residiu os primeiros tempos de casado junto ao tio. Jurandir Gonçalves Rocha foi ordenado ao Ministério Pastoral em 8 de agosto de 1964, na *Igreja Batista do Laranjal*, presidida pelo tio já referido. Pastoreou, por um período breve, a *Primeira Igreja Batista de Cabo Frio*, e passou a residir naquela cidade.

Havendo recebido do Pr. Ebenézer Soares Ferreira o convite para atuar como vice diretor do *Colégio Batista Fluminense*, mudou-se novamente para Campos dos Goytacazes, onde estudara. Ali também passou a contribuir diretamente com o incipiente *Seminário Teológico Batista Fluminense*, fundado em 11 de março de 1963. Nesse período pastoreou as igrejas de Cacimbas (atual São Francisco do Itabapoana) e a *Primeira Igreja Batista em Travessão de Barra*, ambas no antigo “sertão de São João da Barra” (que se tornará o município de São Francisco do Itabapoana). Permaneceu em Campos até 1969.

²⁶ O 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG), oficialmente denominado como Dragões da Independência, é uma unidade do Exército Brasileiro, cuja missão principal é guarnecer as instalações da Presidência da República. Cf. verbete introdutório: https://pt.wikipedia.org/wiki/1.º_Regimento_de_Cavalaria_de_Guardas [Acesso 02/11/2020]



Professores e alunos (formados em 1971) do **Seminário Teológico Batista Fluminense**, nas escadarias do antigo solar, sede da instituição, na Avenida Alberto Torres, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Da direita para a esquerda; primeiro degrau, alunos: Jorge Garrafinhas, Ledir Cindra, Emoildes Alves Freitas, Haroldo Rodrigues; *Segundo degrau, alunos:* Esmeraldo Salles, Jailton Barreto, Geraldo Geremias e Edmar Pereira; *Último degrau, professores:* Afrânio Cid Foly, Cláudio Wagner, Élcia Barreto Soares, Ebenézer Soares Ferreira, Benjamim Lenz de Araújo César, Obadias Ferreira D'Alcântara, Aurecil dos Santos e **Jurandir Gonçalves Rocha**.

Em um breve íterim, o pastor Jurandir exerceu o ministério pastoral na *Igreja Batista da Graça*, em Salvador, Bahia, estabelecendo-se lá com sua família entre 1969 e 1970. Foi o primeiro pastor brasileiro daquela igreja, a qual pastoreou de fevereiro de 1969 a janeiro de 1970. Durante aquele tempo, também pastoreou interinamente, por alguns meses, a *Igreja Batista de Sinai*.

Após o breve período na Bahia, retornou a Campos para novamente trabalhar com as mesmas instituições. Aceitou o convite da *Igreja Batista de Vera Cruz*, na qual exerceu o seu mais longo ministério. Concomitantemente com este pastorado, ajudou, por algum tempo, em circunstâncias várias, a *Igreja Batista de Turfe Clube*, em Campos, e a *Igreja Batista de Cordeiro*. Pastoreou a Igreja Batista de Vera Cruz (organizada em 15 de novembro de 1960) durante doze anos. Ao falecer, a igreja contava com uma membresia de quatrocentas pessoas. Durante o seu ministério foi adquirida, com grande esforço, uma propriedade de quatro lotes, em ponto estratégico, onde planejava edificar um grande templo. Reuniu bastante material de construção para dar início à referida obra, a qual recebeu consecução, entretanto, nos pastorados que se sucederam.



O pastor Jurandir Gonçalves Rocha, à esquerda, como orador oficial da *Convenção Batista Fluminense* na Assembleia realizada em Nova Iguaçu no ano de 1977. À direita, na *Igreja Batista de Vera Cruz*, em Campos dos Goytacazes, por ocasião das comemorações de seus quarenta anos.

Na cidade de Campos, o pastor Jurandir morou com a família em duas residências: uma na Rua Baltazar Carneiro, no centro da cidade, e posteriormente na Rua Álvaro Grain, no Parque Corrientes. Apreciava passar as férias com a família em um pequeno balneário do norte fluminense, chamado Guaxindiba, estabelecendo ali uma casa, a qual deu início com as próprias mãos. Naquele balneário passou os mais preciosos momentos com a família, e sonhava aposentar-se residindo e pastoreando naquele lugar.

O pastor Jurandir Gonçalves Rocha, porém, sofria de uma cardiopatia congênita. No dia 30 de julho de 1982, às dezenove horas, quando, após ministrar uma aula no Seminário, encontrava-se no pátio cumprimentando um aluno, naquele exato momento sofreu um infarto do miocárdio – antecipado por alguma fadiga que vinha sofrendo nos dias precedentes. Foi conduzido à *Santa Casa de Misericórdia* da cidade, onde foi declarado o óbito. [Uma curiosidade: O seminarista que lhe apertava a mão no momento do infarto tornou-se pastor e veio a casar-se com a sua filha mais velha.]

No dia seguinte, deu-se um funeral que impactou grandemente a cidade, e particularmente a comunidade evangélica, para o qual afluiu uma expressiva multidão. Trinta e nove pastores assinaram a presença no funeral, dentre outros que não conseguiram fazê-lo. Jurandir Gonçalves Rocha foi sepultado no Cemitério Municipal do Caju, no mesmo jazigo em que fora sepultado o pai alguns anos antes. O pastor Ebenézer Soares Ferreira escreveu em *O Jornal Batista* após o falecimento do pastor Jurandir:

Ocupou ele muitos cargos que bem atestavam sua capacidade de liderança. Foi presidente, por três vezes, da Associação Batista da Planície, presidente da Ordem dos Ministros Batistas (secção Planície), membro da Junta de Evangelização da Convenção Batista Fluminense e da Junta Coordenadora. Foi orador oficial da Convenção Batista Fluminense na Assembleia realizada em Nova Iguaçu no ano de 1977. Neste ano de 1982 fora eleito vice-presidente da Ordem dos Ministros Batistas Fluminenses.

No Colégio Batista Fluminense se destacou como professor de Matemática e como vice-diretor. O Seminário Teológico Batista Fluminense teve nele um grande cooperador. Foi seu deão, por muitos anos e, atualmente, era seu vice-diretor, tendo também pontificado como um dos mais abalizados professores lecionando Lógica, Teologia Sistemática e Teologia Bíblica do Velho Testamento.

Era um obreiro culto e cheio de vigor espiritual. Suas mensagens resumavam o perfume de uma vida plena da presença de Deus.

Com sua convocação pelo Senhor Jesus para ir receber a recompensa dos justos nas mansões celestes, ficou aberta uma grande lacuna no Ministério Batista, no Colégio e no Seminário Batista Fluminense.²⁷

No domingo, 1 de agosto, Elza Terezinha Pereira Rigue escrevia no Boletim Informativo da Igreja Batista do Laranjal, São Gonçalo²⁸:

“Os que se vão, vão depressa”... Pastor Jurandir se foi. Foi em pleno apogeu de sua breve mas gloriosa trajetória. Deus o chamou quando se encontrava no maior rigor da refrega. Firme em seu posto onde o Grande General o colocou. Ecoa ainda em nossos ouvidos e corações sua voz vibrante e consagrada, lembrando-nos um dentre os seus grandes sermões: “TUDO BOM! TUDO MAL! TUDO NOVO!” [...] Pastor Jurandir partiu. Fica, porém, para os seus e para os que sempre o amaram, a certeza de saber que está junto ao pai, no céu, revendo a “mãe Balbina” e tantos entes queridos que ali o precederam.²⁹

A *Câmara Municipal de Campos*, através de seu presidente, em sessão de 4 de agosto, enviou ofício à família, informando haver aprovado, por unanimidade, “voto de profundo pesar” pelo falecimento de “pessoa por demais conhecida e estimada em nossa sociedade”. O vereador campista, Edmundo Vaz de Araújo, apresentou um projeto denominando a Rua C, do Parque São Domingos, em Guarus, Campos, como “Rua Pastor Jurandir Gonçalves Rocha”. Em oito de agosto, escrevia o Pr. Tarsis Wallace, da Igreja Batista da Graça, em Salvador, Bahia: “Engajado no Reino de Deus como ministro das Boas Novas da Salvação... Somos gratos a Deus por sua vida e pela sua passagem durante um ano como comandante de nossa igreja”.³⁰

Muitas mensagens chegaram – escritas ou de viva voz. Em uma delas, o Pr. Iran de Medeiros Lopes, pastor da *Igreja Batista de Portela*, escrevia de Aperibé, em 6 de agosto, uma representativa palavra destinada à família:

Foi deveras entristecedora a notícia do passamento do meu irmão, professor e colega de Ministério [...]. Graças ao nosso Deus, mesmo recebendo o comunicado horas antes da cerimônia fúnebre, me foi possível comparecer. Contudo, não tive oportunidade de me dirigir à senhora, em face da multidão que afluíu ao local.

Em 11 de dezembro de 1982, o *Seminário Teológico Batista Fluminense* descerrou, em uma de suas dependências, uma placa em homenagem à memória do falecido professor e líder na instituição. José dos Reis Pereira, conhecido pastor e escritor batista, ao dissertar sobre as comemorações dos vinte anos do Seminário, escreveu: “Ausência sentida foi a do Pastor Jurandir Gonçalves da Rocha, uma estrela em nosso ministério, que era braço direito de Ebenézer e que Deus levou tão cedo, a nosso ver, para Sua presença”.³¹ O professor José de Souza Herdy, presidente da *Junta de Educação da Convenção Batista Fluminense*, indagava em sua mensagem proferida em Campos, em 10 de outubro de 1985: “E, como apagar da memória a rica oratória e o dinamismo do saudoso Pr. Jurandir Gonçalves Rocha?”

O pastor Glauner da Silva Pereira, casado com uma das primas de pastor Jurandir, horas após o sepultamento, sintetizou poeticamente os sentimentos que acometeram àqueles que conviveram de perto com o falecido pastor e educador batista:

²⁷ FERREIRA, Ebenézer Soares. “Pastor Jurandir Gonçalves Rocha; um Grande Obreiro do Senhor”. *O Jornal Batista*. Ano LXXXII, N. 36, 5 de setembro de 1982, p. 8.

²⁸ A autora relembra neste texto que, no ano anterior, em 31 de maio, o Pastor Jurandir lá estivera, pregando no culto de oração uma mensagem baseada em Provérbios 8.17: “Eu amo aos que me amam, e os que de madrugada me buscam me acharão”.

²⁹ RIGUE, Elza Terezinha Pereira. “Os que se vão, vão depressa”. *Boletim Informativo. Igreja Batista do Laranjal, São Gonçalo, RJ*. Ano VI, N. 283, 1 de agosto de 1982.

³⁰ WALLACE, Tarsis. “Pastor Jurandir Rocha (1939—1982)”. *Boletim Informativo. Igreja Batista da Graça. Salvador, Bahia*. 8/8/1982.

³¹ REIS PEREIRA, José dos. “Vinte Anos do Seminário de Campos”. *O Jornal Batista*. Ano LXXXIII, N. 20, 15 de maio de 1983, p.12.

Meio Mastro

Ao Pastor Jurandir

Ó, estandarte!
 No ápice do mastro que era este mundo,
 Afogavas-te feliz,
 No vivo vento que a vontade divina soprava.
 Esta fonte de onde brotou a voz imperativa:
 Aquieta-te! (que é esse mistério?)
 Fez-se então brisa o vento,
 Que se acalmou... acalmou... acalmou...
 E parou!
 Tudo calmo... tudo parado... tudo acabado!
 Ah! Estandarte!
 Por que fugiu-te o vigor?
 Caído, desceste lânguido ao meio mastro,
 À mísera luz fugitiva do poente. Fez-se noite!
 LUTO!
 Fostes recolhido.
 Ah! Estandarte saudoso, viajante!
 Agora, já hasteado em mastro mais alto,
 Bem mais que o passado,
 Agora que estás próximo à fonte do vento,
 Explique esse mistério:
 Por que o vento parou?³²



Jurandir e Nalva tiveram quatro filhos: três mulheres e um homem. A primeira filha nasceu enquanto ele ainda estudava no seminário, no Rio de Janeiro. A segunda filha nasceu em Cabo Frio, durante o seu pastorado na cidade. Os dois filhos mais novos nasceram na cidade de Campos; a terceira, antes da família seguir para Salvador, Bahia; o caçula, após o regresso da família, conquanto sua mãe tenha engravidado ainda na capital soteropolitana. Os filhos fizeram todo o ensino fundamental e médio no *Colégio Batista Fluminense*. A filha mais velha manifestou as mesmas habilidades matemáticas do pai. Ela foi a única aluna do Colégio Batista que obteve, durante cinco anos consecutivos, o prêmio oferecido pela “Câmara Júnior” com o jornal “O Monitor Campista”. As três filhas cursaram a universidade e tornaram-se professoras; o filho, caçula, formou-se em Engenharia Mecânica.

Após o falecimento do pastor Jurandir, a família transferiu a membresia para a *Segunda Igreja Batista de*

³² PEREIRA, Glauner da Silva. “Meio Mastro”. Boletim Informativo. Igreja Batista do Laranjal, São Gonçalo, RJ. Ano VI, N. 283, 1 de agosto de 1982.

Campos, recebendo a imediata assistência do pastor Aurecil dos Santos. Uma carta dirigida a este pastor, datada de 22 de maio de 1983, retrata a significativa importância de seu crucial trabalho poimênico:

O objetivo desta singela cartinha é agradecer ao senhor e sua mui digníssima família, o apoio, a assistência pastoral por ocasião da chamada ao céu, por Deus, do Pr. Jurandir Gonçalves Rocha.

Prestamos nossa sincera gratidão, quando, em momento tão doloroso, mas agradável ao Senhor, o senhor e sua família nos trouxeram palavras de alento através da Palavra de Deus.

Muito gratos somos e desejamos que o senhor e sua família sejam ricamente abençoados por Deus, quando da partida para os Estados Unidos da América, para fins de estudo, certos de que Deus acompanha os seus servos por onde quer que forem.

São os votos e a gratidão da família do Pastor Jurandir Gonçalves Rocha

Após o falecimento do esposo, quando este contava com quarenta e três anos, Nalva de Almeida Rocha criou, sustentou e educou, com o salário de professora aposentada, os quatro filhos, todos menores à época do falecimento do pai. Os quatro filhos estudaram e graduaram-se em bons cursos universitários. Após mais de dez anos de viuvez, em 23 de janeiro de 1993, Nalva contraiu novas núpcias com o também viúvo, Adail Alves dos Santos, à época diácono na *Segunda Igreja Batista de Campos*. Adail, que teve uma filha no primeiro matrimônio, tornou-se, em rigor, o avô dos netos de Nalva e cultivou boa amizade com Jurandir Gonçalves Rocha Júnior ("Juninho"), o filho caçula.

O pastor Jurandir Gonçalves Rocha deixou quatro filhos, e sua descendência, até o presente, é de sete netos e três bisnetas. Dolorosamente, o filho caçula, nascido em 15 de abril de 1970, e que carregava o nome do pai, faleceu igualmente de infarto cardíaco, fulminante, aos quarenta e sete anos. Quando faleceu, estava em casa com os dois filhos menores. Naquele mesmo segundo semestre de 2017, um dos netos, Paulo Vítor Rocha Morette, nascido em 7 de março de 1995, faleceu aos vinte e dois anos após uma luta renhida com o câncer. Não obstante lutas e lágrimas, a graça de Deus prossegue se multiplicando sobre as novas gerações da família, e com celebradas adições.



▪ Publicado *online* em 1/10/2020. Última atualização: 07/11/2020.

Gilson Santos coordena um *Projeto de Genealogia e História Familiar* do qual fazem parte também outros da família: <https://wp.me/P2loMO-3UY>
Para contatos: <https://institutopoimenica.com/contato/>